

Justiça

Tribunais arbitrais querem reforçar cooperação com sistema judicial

Inês David Bastos

20/10/11 00:05



Coimbra recebe a elite da arbitragem internacional. “Empresas devem ser sensibilizadas”.

Numa altura em que uma das apostas do Governo passa pelo reforço do recurso aos meios alternativos de resolução de conflitos, a cidade de Coimbra vai receber durante três dias alguns representantes da elite da arbitragem internacional, nomeadamente do Brasil. Os advogados José Miguel Júdice, sócio da PLMJ, e António Pinto Leite, sócio da Morais Leitão, ambos árbitros, são os promotores desta iniciativa.

Em debate, hoje e amanhã, estarão a relação dos tribunais arbitrais com os tribunais do Estado, os conflitos

societários e a arbitragem como forma de protecção do investimento estrangeiro, um instrumento que os ‘juízes’ dos tribunais arbitrais consideram fundamental para as empresas portuguesas e para o relançamento da economia, dado que permite a resolução mais rápida de conflitos. No encontro vão estar, também, muitos juízes, entre eles o presidente da Relação de Coimbra e o presidente da Associação Sindical de Juízes. O convite aos juízes partiu da importância que estes têm em muitos procedimentos dos tribunais arbitrais: na abstenção de meios de prova (se uma testemunha recusar ir a tribunal arbitral, o juiz pode impor), na efectivação de medidas cautelares e na execução das sentenças arbitrais. Daí que, disseram ao Diário Económico José Miguel Júdice e António Pinto Leite, seja importante reforçar a cooperação com o sistema judicial. “A arbitragem não faz concorrência aos tribunais”, diz Pinto Leite, ao mesmo tempo que alerta para a necessidade de os investidores “terem a percepção de que a Justiça funciona em Portugal”, e isto passa também por haver uma boa relação entre arbitragem e tribunais do Estado. Júdice reforça: “A arbitragem precisa do apoio dos tribunais”.

O advogado da PLMJ, com uma larga experiência em arbitragem internacional, nomeadamente de investimento, acrescenta que “é preciso criar uma cultura de arbitragem” em Portugal. “As empresas devem ser sensibilizadas pelos seus advogados para a existência da arbitragem”, diz.